



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Gabinete da Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

## ***Decisão Monocrática***

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0030538-92.2011.815.2003 – 1ª Vara Regional de Mangabeira -PB.**

**RELATORA** : Des.<sup>a</sup> Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti  
**APELANTES** : Rosinaldo Vieira dos Santos e outros  
**ADVOGADO** : Joacil Freire da Silva – OAB/PB N.º 5.571  
**APELADO** : Maria de Lourdes Vieira Germano  
**ADVOGADO** : Luis Fernando Benevides Ceriani – OAB/PB N.º 11.866

**APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - SUBLEVAÇÃO – ALEGADA EXISTÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO – TESE RECURSAL – FORMULAÇÕES GENÉRICAS – INADMISSIBILIDADE – NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA – INTELIGÊNCIA DO ART. 514, INCISOS I E II DO CPC/73 – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO – PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS – SEGUIMENTO NEGADO – INTELIGÊNCIA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC/73.**

*- Consubstancia-se interesse recursal “na necessidade que tem o recorrente de obter a anulação ou reforma da decisão que lhe for desfavorável. É preciso, portanto, que tenha sucumbido, entendida a sucumbência aqui como a não obtenção, pelo recorrente, de tudo o que poderia ter obtido do processo”.*

*- Alegações genéricas e imprecisas acerca de indevida imposição de condenação sucumbencial, revelam-se insuficientes para retirar a força da decisão judicial. Necessário se faz a indicação exata do que consiste o erro da sentença, de modo a viabilizar a revisão pela Corte de Justiça.*

*- A parte deve demonstrar o desacerto da decisão atacada, não sendo suficiente a impugnação genérica ao “decisum” combatido.*

**Vistos etc.**

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Rosinaldo Vieira dos Santos e outros**, buscando a reforma da sentença (fls. 73/75) proferida pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira que, nos autos da Ação Anulatória de Ato Jurídico ajuizada em face de **Maria de Lourdes Vieira Germano** extinguiu o processo sem resolução de mérito em face da impossibilidade jurídica do pedido. Condenou os demandantes, ainda, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ressalvada a observância do art. 12 da Lei n.º 1.060/50.

Nas razões de seu apelo (fls. 78/80), os apelantes postulam pela reforma da sentença, alegando, em apertada síntese, que deve haver o reconhecimento da revelia e que o pedido inicial é juridicamente possível. Ao final, requer o provimento da apelação com a reforma integral da sentença combatida.

Sem contrarrazões (certidão – fls. 83).

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo processamento do recurso sem manifestação de mérito, por entender ausente situação ensejadora de obrigatória intervenção ministerial (fls. 40/41).

**É o relatório.**

**Decido.**

Anoto que o caso dos autos é de Apelação Cível contra a sentença publicada em cartório no dia **07/10/2014** e interposta antes do dia 18 de março de 2016, dia de início da vigência do Novo Código de Processo Civil<sup>1</sup>, aplicando-se o antigo diploma de 1973, sob pena de malferir-se os artigos 1º, 14 e 1.046, todos do CPC/2015, além do art. 6º da LINDB e art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Sendo assim, passo à apreciação do recurso à luz do CPC/1973.

Verifica-se, de plano, ser a hipótese de não conhecimento do apelo, pelas seguintes razões:

No pedido recursal, o réu/apelante suscitou a tese de que a sentença deveria ter considerado os efeitos da revelia e, ainda, afirmou estar configurada a possibilidade jurídica do pedido exordial.

---

<sup>1</sup>O prazo de *vacatio legis* (art. 1.045 do CPC/2015) foi de um ano, sendo a lei publicada em 17/03/2015. O termo final do prazo contado em ano é dia 17/03/2016. Inclui-se o último dia do prazo na contagem por força do art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº. 95/98, que regula a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis brasileiras. Logo, a entrada em vigor se dá no dia subsequente ao fim do prazo de vacância, qual seja o dia 18/03/2016. Nesse sentido o Enunciado Administrativo nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão administrativa do dia 2 de março de 2016.

Quanto às referidas assertivas, não assiste razão ao apelante.

Na fundamentação recursal, de forma genérica, o recorrente delimitou o âmbito de sua insurgência à questão da revelia e não configuração da possibilidade jurídica do pedido.

No entanto, do exame da sentença, extrai-se que a fundamentação do *decisum* vai muito além do afirmado pelos recorrentes. Nesse contexto, vê-se que em nenhum momento foi discutida a idoneidade nem tampouco o caráter dos apelantes, porquanto a sentença proferida na 2.<sup>a</sup> fase desta prestação de contas tratou da alienação do bem inventariado e da ausência de repasse do valor devido ao herdeiro do espólio, ora apelado, havendo a impugnação da sentença de forma genérica.

Com efeito, alegações genéricas e imprecisas acerca da revelia e não configuração da possibilidade jurídica do pedido. revelam-se insuficientes para retirar a força da decisão judicial. Necessário se faz a indicação exata do que consiste o erro da sentença, de modo a viabilizar a revisão pela Corte de Justiça.

Deveria sim, ter apresentado justificativa específica sobre a questão, porquanto meras alegações inespecíficas são inservíveis para refutar o comando sentencial, pois a narrativa recursal se assemelha a mero protesto, carente da devida fundamentação, onde indique o vício da decisão hostilizada.

Assim, entendo que inexistentes as razões recursais propriamente ditas, visto que não cuidaram os réus/apelantes de informar ao Tribunal os motivos pelos quais pretendem a reforma da decisão, agindo em total afronta aos princípios insculpidos no art. 514, II, do CPC, ou até mesmo no que consiste o seu equívoco, o seu desacerto, de modo a ensejar a sua reforma, ressaltando que o erro material já fora corrigido.

Nesse compasso, ensina Nelson Nery Júnior:

*"O apelante deve dar as razões, de fato e de direito, pelas quais entende deva ser anulada ou reformada a sentença recorrida. Sem as razões do inconformismo, o recurso não pode ser conhecido"* (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor, 6<sup>a</sup> edição, página 855).

Sem as razões não há meios de se saber qual foi a matéria devolvida para conhecimento do Tribunal. Não pode haver recurso genérico, assim como não se admite pedido genérico.

O recurso para ser admitido é necessário, entre outros pressupostos, que seja deduzido em impugnação relacionada com a fundamentação exposta na sentença.

Portanto, tenho que o recurso não deve ser conhecido, tendo em vista que se assemelhou a mero protesto.

Com relação ao tema, permita-me transcrever decisão proferida pelo STJ:

AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS. AGRAVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO 535 DO CPC. ALEGADA VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDADO NO EXAME DE MATÉRIA DE ÍNDOLE LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERPOSTO PELOS SERVIDORES. NÃO-CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

(...) 4. Agravo dos Servidores. **Os agravantes não impugnam, como seria de rigor, todos os fundamentos da decisão ora agravada, circunstância que obsta, por si só, a pretensão recursal**, porquanto aplicável o entendimento exarado na Súmula 182 do STJ, que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." 5. Agravos regimentais não providos.

(AgRg no AREsp 114.410/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 08/05/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. ENUNCIADO N. 182/STJ. RECURSO INFUNDADO. MULTA.

1. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não sendo suficiente a impugnação genérica ao decisum combatido.

**2. A ausência de efetiva impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada obsta o conhecimento do agravo, consoante entendimento consolidado na Súmula 182/STJ.**

(...)

4.AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. (AgRg no Ag 1414927/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 03/04/2012)

Nesse sentido, eis as decisões desta Corte de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL .AÇÃO DE REVISÃO DE PROVENTOS DE MILITAR .RAZÕES RECURSAIS .FUNDAMENTOS GENÉRICOS QUE NÃO SE PRESTAM A ATACAR A SENTENÇA RECORRIDA .ALEGAÇÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO EM PRIMEIRO GRAU -AFRONTA AO ART. 514 DO CPC .MERO PROTESTO .VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE .RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL .ART. 557, CAPUT, DO CPC .SEGUIMENTO NEGADO<sup>1</sup>. Ausentes as razões recursais ou sendo essas totalmente genéricas e dissociadas da decisão recorrida, isto é, não verificado o contraste efetivo entre a decisão recorrida e os fundamentos fáticos e jurídicos constantes na insurgência, demonstra-se a ofensa ao art. 514, II, do CPC, sendo tal deficiência óbice incontornável ao conhecimento do Apelo. O recurso manifestamente inadmissível deve ser julgado monocraticamente pelo relator, por medida de celeridade e economia processuais, com espeque no art. 557, caput, do CPC.<sup>2</sup>

APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SUBLEVAÇÃO DO PROMOVENTE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OBJETIVA E JURÍDICA DAS RAZÕES POSTAS NA DECISÃO OBJURGADA. DISSONÂNCIA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOBSERVÂNCIA. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. INTELIGÊNCIA DO ART. 514, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAIS. INTELIGÊNCIA do art. 557, CAPUT, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Seguimento negado ao reclamo. - Não enfrentando os fundamentos observados na decisão recorrida, padece o recurso de regularidade formal, um dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, por inobservância ao princípio da dialeticidade. - Não se conhece do recurso apelatório que não aponta as razões de fato e de direito pelas quais entende o apelante deva ser reformada a decisão hostilizada, violando, assim, o disposto no art. 514, II, do Código de Processo Civil. - O art. 557, caput, do Código de Processo Civil, permite ao relator negar seguimento a recurso através de decisão monocrática quando estiver em confronto com Súmula ou com Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.<sup>3</sup>

Portanto, considerando que o recurso deixou de preencher os requisitos de admissibilidade, não pode ser processado.

---

2(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00218812620118150011, - Não possui -, Relator DESA MARIA DE FATIMA MORAES B CAVALCANTI , j. em 27-01-2016);

3(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00258509320118152001, - Não possui -, Relator DES FREDERICO MARTINHO DA NOBREGA COUTINHO , j. em 27-01-2016)

Feitas tais considerações, com supedâneo no artigo 557, *caput*, do CPC/73, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente apelo por estar em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e do STJ e mantenho a sentença em todos os seus termos.

***P.I.***

***João Pessoa, 06 de fevereiro de 2017.***

*Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti*  
*Relatora*

G/01